

Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



Imagem em estilo de xilogravura criada por IA (ChatGPT) para ilustração da reportagem: “A Inteligência Artificial pode acabar com o mercado de ilustradores de cordéis?” | Imagem: [Portal Terra](#)

Políticas de Inteligência Artificial (IA) nas revistas brasileiras de História

Itamar Freitas (UFS) e Margarida Maria Dias de Oliveira (UFRN)

Resumo: O artigo examina as políticas editoriais sobre o uso de inteligência artificial em 288 revistas brasileiras de História, com base em análise de conteúdo e estatística descritiva. Constatou-se que apenas 10% dos periódicos apresentam diretrizes específicas, distribuídas entre posturas normativas (55%), preventivas (32%) e propositivas (13%). Predominam orientações restritivas voltadas à preservação da autoria humana e da integridade científica, embora surjam iniciativas que propõem o uso crítico, ético e transparente da IA nas práticas editoriais e historiográficas.

Palavras-chave: inteligência artificial. revistas de História. políticas editoriais. ética.

1. Introdução

O avanço das inteligências artificiais, sobretudo as generativas, está transformando o trabalho editorial de algumas revistas brasileiras de História. Editores, pareceristas e autores passaram a lidar com ferramentas que automatizam tarefas antes inteiramente humanas — da análise de plágio à tradução e aprimoramento textual. No Brasil, revistas como *Domínios da Imagem*, *Fontes Documentais* e *Sertão História* já debatem a criação de políticas próprias de uso de IA discutindo não apenas o que essas tecnologias fazem, mas como sua incorporação altera as habilidades centrais envolvidas no fazer historiográfico e na gestão científica de periódicos.

As competências tradicionalmente associadas ao trabalho editorial em revistas de História incluem a leitura crítica dos manuscritos, a avaliação da pertinência temática em relação ao escopo do periódico, a mediação entre autores e pareceristas e o domínio das normas técnicas que regem o processo de publicação científica. O editor atua como curador da coerência historiográfica, da clareza argumentativa e da adequação metodológica, garantindo que cada texto submetido respeite tanto as convenções da disciplina quanto as boas práticas de comunicação acadêmica.

Nos últimos meses, em aproximadamente 10% dos periódicos brasileiros de História, essas tarefas passaram a ser gradualmente compartilhadas com ferramentas de inteligência artificial. Ao “reconhecerem padrões, aprenderem usando dados, adaptando-se ao longo do tempo” – traços marcantes da tecnologia de IA (Rashidi, 2024, p. 188) –, elas auxiliam na detecção de similaridade textual, plágio, autoplágio, avaliação, correção linguística e referenciação, sumarização, indexação, tradução, reduzindo etapas repetitivas do processo editorial, permitindo que o editor concentre esforços na avaliação conceitual e historiográfica. Essa integração, porém, não elimina a centralidade do julgamento humano; ao contrário, redefine seu alcance.

Uma das mais inteligentes formas de os profissionais de História lidarem com a chegada dos novos modelos de IA nos domínios de História é conhecer em detalhe o que fazemos e conhecer o que as LLMs (*Large Language Models*, em português Modelos de Linguagem de Grande Escala) fazem no mesmo âmbito (Freitas, 2025). Considerando, então, que “os pontos fortes e fracos da IA possivelmente não refletem os nossos” (Mollick, 2025, p. 53), podemos pensar em uma complementaridade entre pensamento humano e processamento algorítmico para ampliar as possibilidades de inovação editorial e manutenção dos fins de divulgação e legitimação do campo, atribuídos ao periódico revista, desde que acompanhada por políticas claras de transparência e responsabilidade.

Levando em conta a carência de conhecimento sobre o impacto das IAs nas políticas de divulgação do conhecimento científico (Menezes, 2023; Menezes et al., 2025; Sobreira, 2025; Melo; Maia; Coelho, 2025), neste artigo, empregando estratégias de análise de conteúdo – a pré-análise, processamento, inferência e interpretação (Bardin, sd.) – de análise estatística descritiva – distribuição de frequência e correlação (Larson; Farber, 2015) e de análise de sentimentos (Liu, 2015) –, queremos responder às seguintes questões: Quais revistas se ocupam da prescrição sobre IA? Quais políticas são anunciadas? Quais comportamentos editoriais predominam? Que habilidades são permitidas e interdidas? Quais modelos são mencionados ou sugeridos? Quais os desdobramentos dessas respostas para o debate sobre políticas editoriais sobre IA no Brasil?

2. Políticas de IA nas revistas brasileiras de História

O universo das nossas fontes são as 288 revistas brasileiras de cadastradas no âmbito do “Crítica historiográfica e padrões epistemológicos em periódicos de História (2000-2024)”, edição atualizada em 9/10/2025 (CHPEPH, 2025). Excluídas as inativas (32), as que não apresentam informações (8), as indisponíveis (28) e as que não informam sobre tratamento concedido à IA —, constatamos que 10% dos periódicos anunciam prescrições sobre IA, ou seja, 22 revistas se ocupam em alguma instância sobre os usos da IA em seus processos de editoração.

Desse número, 7 abordam o problema nas abas designadas como “sobre” (foco/escopo), 14 tocam no tema nas regras de “submissão” e duas referem-se à IA em ambos os campos. Nesse conjunto, dois periódicos já reservam a expressão “política editorial” para referir-se à IA.

O enunciado dessas políticas varia muito quanto à extensão (o espaço e detalhamento dedicados ao tema) e à densidade (a complexidade conceitual e normativa das referências). No polo de alta extensão e alta densidade, situam-se *Crítica Historiográfica* (UFRN/UFS/URCA) e *Semina – Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF*, que apresentam textos longos, estruturados e conceitualmente elaborados, descrevendo usos legítimos, categorias técnicas (IA generativa, PLN, reconhecimento e busca), responsabilidades editoriais e padrões de citação.

Com alta densidade, mas média extensão, aparecem revistas como *Crítica Histórica* (UFAL) e *Tempo* (UFF), que fundamentam suas normas em documentos internacionais (COPE) e nacionais (SciELO, ANPUH). No grupo de menor densidade e extensão média, destacam-se periódicos como *Revista de História da UEG* e *Sertão História* (URCA), que mencionam a IA para fins de transparência e responsabilização, sem discutir seu impacto epistemológico.

Já entre as revistas de baixa densidade e extensão reduzida, predominam as menções genéricas, limitadas à proibição do uso de IA para autoria ou formatação como em *Topoi*, *Aurora* e *Ofícios de Clio*, cujo foco é apenas disciplinar. Por fim, há casos de referência mínima e instrumental, como *Monções*, *Almanack* e *Web Revista Linguagem, Educação e Memória*, que citam a IA exclusivamente no contexto de softwares de detecção de plágio.

Para detalhar tais políticas, abordamos as menções à IA sob o ponto de vista da natureza de sua posição — preventiva, normativa ou propositiva —, dos tipos de IA referidos e, por fim, das interdições e permissões prescritas pelos periódicos. Em tópico final, discutimos os desdobramentos éticos e epistemológicos dessas primeiras iniciativas de tratamento da IA na editoração em História. Começamos pelas atitudes editoriais predominantes.

3 Atitudes editoriais

Analisando a natureza das menções à IA, constatamos que 12 revistas se situam em posição normativa, com ênfase em evitar fraude e plágio, 7 são preventivas, no sentido de regular o uso e responsabilizar autores e avaliadores, enquanto três priorizam o incentivo ao uso das IAs e à reflexão e a inovação possíveis com o uso dessas tecnologias.

Nas revistas de postura preventiva, como veremos adiante, são claras nas interdições e, em geral, a não indicação de parâmetros de uso. É o caso, por exemplo, da *Revista Discente Ofícios de Clio* que declara: “Não serão aceitos artigos que tenham utilizado a colaboração de quaisquer programas de Inteligência Artificial para sua escrita.” (*Ofícios de Clio* - Submissão, sd). A revista *Aurora*, que anuncia “Políticas e condições de uso de Inteligência Artificial

(IA)”, é também taxativa: “O uso de IA generativa e tecnologias assistidas por IA são estritamente proibidas para escrita de artigo, geração de resultados, criar ou alterar imagens ou elementos gráficos. Para mais informações, acesse as Políticas e condições de uso de Inteligência Artificial (IA)”.

Nas revistas de postura normativa, quatro documentos são elencados: 1. Committee on Publication Ethics | Promoting integrity in scholarly research and its publication – COPE (usados em *Anais do Museu Paulista – História e Cultura*); a normativa do SciELO/2024 (*Carta Internacional*); 3. Forum de Editores da Anpuh/2025 (*Semina*); e uma normativa própria (*Domínios da Imagem*). Isso significa que aproximadamente $\frac{3}{4}$ das revistas fazem considerações de cunho próprio sobre o emprego de IAs.

A maioria das referências às tecnologias, contudo, remete às responsabilidades dos autores, como é o caso das revistas de postura preventiva; três informam empregar ferramentas de IA na detecção de plágio e autoplágio (*Monções*, *Almanaque* e *Web Revista*) e até na detecção de textos produzidos por IA (*Monções*).

Entre as revistas que assumem uma postura propositiva em relação às IAs, observamos que a tecnologia deixa de ser vista como risco ético ou ameaça à autoria e passa a ser tratada como recurso técnico, metodológico e epistêmico, integrado de forma reflexiva às práticas de pesquisa e edição científica. Nesse grupo, três publicações se destacam por propor o uso consciente e regulado das tecnologias: a *Crítica Historiográfica*, a *Revista Fontes Documentais* e a *Semina – Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF*.

Na *Crítica Historiográfica*, a IA é incorporada tanto ao processo editorial quanto à prática autoral, servindo como instrumento de revisão, padronização, geração de imagens e análise de dados bibliográficos. O texto editorial explicita que seu emprego deve ser transparente, supervisionado e orientado por critérios de rigor argumentativo e fidelidade epistêmica, o que traduz uma postura experimental e pedagógica: a IA é vista como ferramenta que pode apoiar a escrita e o raciocínio historiográfico, sobretudo entre autores em formação, sem substituir a responsabilidade humana.

Na *Revista Fontes Documentais*, o tema aparece articulado à reflexão sobre tecnologia, informação e sociedade, dentro de uma perspectiva epistemológica e prospectiva. A revista não apenas admite a IA como objeto de investigação, mas reconhece seu papel transformador na circulação do conhecimento e na construção de novas formas de conectividade científica. Ao abordar a inteligência artificial e a automação como temas de pesquisa e debate, o periódico antecipa discussões sobre a inserção das humanidades na era digital, ampliando o horizonte da crítica.

Já a *Semina* representa o caso mais completo e sistematizado de regulação propositiva. Suas diretrizes incorporam integralmente o documento do *Fórum de Editores da ANPUH-BRASIL (2025)*, definindo quatro categorias de IA – generativa, de Processamento de Linguagem Natural, de reconhecimento e análise, e de recomendação e busca – e oferecendo modelos padronizados de declaração e citação. Essa estrutura normativa traduz uma integração madura entre ética, ciência aberta e reprodutibilidade, indicando que a revista compreende o uso da IA como parte das transformações metodológicas da pesquisa histórica contemporânea.

4 Habilidades e responsabilidades permitidas

Além do comportamento predominante das editoriais em relação à tecnologia, os dados colhidos nos possibilitaram visualizar sete grupos de uso (habilidades) permitidos para a IA revelando níveis distintos de aceitação tecnológica, como também diferentes compreensões éticas e epistemológicas sobre o papel da IA na produção e circulação do conhecimento histórico.

Algumas revistas aceitam a IA como ferramenta auxiliar em tarefas linguísticas e formais, como revisão ortográfica, padronização textual e tradução, provavelmente para a melhora a legibilidade e a conformidade dos textos. Um exemplo é a *Revista de História da UEG*, que permite o uso de IA na revisão e padronização do texto, desde que o autor declare a ferramenta utilizada.

Outras publicações ampliam o espectro técnico, admitindo o emprego da IA na geração ou modificação de imagens, desde que haja aprovação editorial ou declaração explícita de uso da ferramenta. Casos como o da *Domínios da Imagem*, que aceita imagens criadas por IA com identificação da ferramenta, e o da *Modos – Revista de História da Arte*, que exige aprovação prévia do editor para imagens geradas por IA, exemplificam essa tendência.

Também há revistas que autorizam o uso da IA em funções de apoio documental, como tradução de resumos, elaboração de gráficos ou transcrição de fontes, desde que declaradas e avaliadas. Um exemplo é a *Territórios & Fronteiras*, que permite o uso da IA em traduções, resumos e imagens, desde que o emprego seja aprovado pelo editor.

Em outro grupo, encontram-se as revistas que reconhecem a IA como instrumento legítimo de pesquisa e análise, desde que o uso seja metodologicamente descrito e eticamente supervisionado. Nesses casos, a IA passa a integrar o processo investigativo. A *Crítica Histórica* admite a IA como apoio metodológico à análise de fontes, enquanto a *Sertão História* aceita seu uso desde que justificado e identificado com nome, versão e data.

Um número menor de revistas adota uma posição mais inovadora, permitindo o uso da IA também na análise e até na escrita de textos, desde que o autor mantenha o controle interpretativo e declare a natureza do auxílio. Esse é o caso da *Crítica Historiográfica*.

Diversas revistas optam por políticas centradas na transparência e na rastreabilidade do uso da IA exigindo que autores, pareceristas e editores declarem todas as instâncias de aplicação da tecnologia. É o caso da *História da Enfermagem – Revista Eletrônica*, que solicita identificação da ferramenta e de sua função, da *Carta Internacional*, que exige declaração explícita do uso e finalidade da IA, e da *Revista Fontes Documentais*, que estende a obrigação também a editores e pareceristas.

Por fim, algumas revistas ultrapassam a função instrumental e tratam a IA como objeto de investigação e debate crítico, associando-a a discussões sobre automação, autoria e epistemologia histórica. A *Semina* é o exemplo mais expressivo, pois incentiva o envio de textos reflexivos sobre o papel da IA e da automação no conhecimento científico.

5. Habilidades e responsabilidades interditas

Embora as justificativas variem entre aspectos técnicos, estéticos e epistemológicos, todas as revistas que prescrevem proibições compartilham a compreensão de que a IA representa um risco à integridade autoral e à autenticidade do discurso historiográfico.

Algumas revistas adotam uma postura de proibição ampla e direta, impedindo qualquer conteúdo criado por IA em seus artigos. Esse é o caso da *Monções – Revista de Relações Internacionais da UFGD*, que veta a inclusão de material gerado por sistemas automatizados, independentemente de sua natureza textual ou visual. Essa decisão expressa a intenção de preservar a autoria humana como requisito fundamental da responsabilidade acadêmica e da credibilidade científica.

Outras publicações enfatizam o caráter técnico e identitário da proibição, estendendo a restrição inclusive à padronização gráfica de textos. A *Malala – Revista Internacional de Estudos sobre Oriente Médio e Mundo Muçulmano*, por exemplo, proíbe explicitamente o uso de IA até mesmo para a formatação dos manuscritos, sob o argumento de que as diretrizes editoriais refletem a identidade visual e metodológica construída pela comissão editorial.

Há também revistas que expressam rejeição total ao uso de IA na produção de trabalhos, sem distinção entre gêneros textuais ou funções técnicas. A *Revista Discente Ofícios de Clio*, da Universidade Federal de Pelotas, declara que não aceita artigos que tenham utilizado qualquer programa de IA em sua elaboração.

A mesma linha de rigor aparece na *Web Revista Linguagem, Educação e Memória*, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, que proíbe o uso de IA em artigos, entrevistas e resenhas. Curiosamente, a revista adota programas de detecção de IA como medida preventiva, o que reforça o controle automatizado da autoria humana, configurando um paradoxo editorial em que a tecnologia serve para bloquear a própria tecnologia.

Algumas revistas, contudo, especificam com maior precisão o tipo de uso vetado, ampliando a proibição para dimensões metodológicas e criativas. A *Aurora* proíbe o uso de IA tanto na análise quanto na escrita dos textos, além da produção de imagens, deixando claro que a tecnologia não deve interferir em nenhuma etapa da pesquisa ou da redação científica.

Por fim, a *Topoi – Revista de História*, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, também mantém uma postura de proibição integral, afirmando que não aceita o uso de IA “na construção textual”. A justificativa está ancorada em um valor historiográfico: o estilo pessoal do autor e a força narrativa do texto são considerados elementos insubstituíveis da divulgação do conhecimento histórico.

6. A IA referida

A partir da leitura comparada das seções “Submissão” das revistas analisadas, é possível também identificar com precisão quais tipos de IA são mencionados, aceitos, regulados ou proibidos em cada uma, segundo as quatro categorias estabelecidas: 1. generativa, 2. de Processamento de Linguagem Natural (PLN), 3. de reconhecimento e análise, e 4. de recomendação e busca.

A categoria IA generativa – que inclui ferramentas capazes de criar textos, imagens, sons ou vídeos originais, como ChatGPT, DALL·E, Gemini ou Claude – é a mais frequentemente mencionada. A maioria das revistas a cita em tom restritivo ou declaratório, exigindo transparência, justificativa e detalhamento técnico.

A IA de Processamento de Linguagem Natural (PLN) aparece de forma menos explícita, mas pode ser identificada nas menções a ferramentas de revisão, correção gramatical, tradução e análise semântica. Essa categoria é geralmente tratada como de baixo risco ético,

sendo vista como extensão do trabalho humano de revisão e não como substituição da autoria.

O uso de IA de reconhecimento e análise – aquela capaz de identificar padrões em dados, imagens ou textos, como OCR, HTR ou softwares de mineração de dados – é menos recorrente, mas aparece em revistas que reconhecem a função da IA como ferramenta metodológica de pesquisa.

A quarta categoria, IA de recomendação e busca, é a menos citada diretamente, mas aparece de forma implícita em revistas que abordam a organização de fontes, referências e dados bibliográficos.

Várias revistas fazem menções indiretas ou preventivas sem diferenciar tipos de IA, mas com indícios de uso instrumental. A *Almanack* utiliza o Turnitin (software de detecção de similaridades, que opera com técnicas de PLN e reconhecimento de padrões) apenas para triagem editorial; a *Monções* adota ferramentas similares para detectar plágio e conteúdo gerado por IA.

De modo mais reflexivo, a *Revista Fontes Documentais* adota um discurso de fronteira entre epistemologia e tecnologia, tratando a IA e a automação como temas de investigação sobre o futuro do conhecimento e da conectividade global — o que sugere abertura para todas as quatro categorias, especialmente as de reconhecimento e busca. A *História da Enfermagem – Revista Eletrônica* também menciona explicitamente a “IA generativa”. Por fim, a *Semina* não apenas reconhece todas as quatro categorias de IA — generativa, PLN, reconhecimento e análise e recomendação e busca —, como também fornece modelos formais de declaração e citação, alinhados ao Fórum de Editores da ANPUH (2025).

7. Sentimentos gerais em relação à IA

Já vimos posicionamentos positivos, negativos e ambíguos em relação ao uso da IA. Aqui, apenas enfatizamos as grandezas desses sentimentos. Empregando a análise de polaridade de sentimento (segundo o modelo de Bing Liu) das menções à IA nos excertos das revistas brasileiras de História, constatamos um predomínio de valoração negativa, expressa em formulações proibitivas ou restritivas (“não publica textos produzidos por IA”, “não serão aceitos artigos que tenham utilizado programas de Inteligência Artificial”, “estritamente proibidas para escrita de artigo”).

Revistas como *Territórios & Fronteiras* (UFMT), *Ofícios de Clio* (UFPEL), *Topoi* (UFRJ) e *Aurora* (UNESP) exibem polaridade negativa forte, associada à ideia de risco ético e ameaça à autoria humana. Um segundo grupo apresenta polaridade mista ou neutra, pois reconhece a IA como instrumento técnico limitado, mas controlável — caso da *Revista de História da UEG*, *Sertão História* (URCA), *Tempo* (UFF) e *Carta Internacional* (ABRI), que permitem o uso com transparência e declaração.

Já as revistas *Crítica Historiográfica* (UFRN/UFS/URCA), *Semina* (UPF) e *Fontes Documentais* (UFBA) manifestam polaridade positiva, atribuindo à IA valor epistêmico e potencial inovador (“uso consciente, crítico e transparente”, “apoio ao processo editorial”, “ferramenta de pesquisa e revisão”). Nesses casos, a IA é enquadrada como tecnologia de linguagem e método de qualificação científica, não como ameaça. Assim, as revistas analisadas distribuem-se em um gradiente afetivo que vai do rechaço preventivo ao acolhimento propositivo, com ampla maioria ainda posicionada no espectro negativo-preventivo, revelando que a cultura editorial historiográfica brasileira se encontra em fase

de regulação defensiva, e apenas marginalmente em estágio de integração construtiva da IA no campo científico.

8. Conclusões

No conjunto das políticas editoriais analisadas, observamos um movimento ainda incipiente de normatização, com apenas 10% dos periódicos de História brasileiros formalizando diretrizes específicas sobre o uso de IA. A extensão e a densidade dessas normas variam consideravelmente — de breves menções instrumentais a textos estruturados que sistematizam conceitos, responsabilidades e padrões de citação.

As atitudes editoriais predominantes se distribuem entre três orientações principais: preventiva, normativa e propositiva. As duas primeiras concentram-se na responsabilização ética dos autores e no controle de possíveis fraudes, enquanto a última adota uma postura reflexiva e integradora, tratando a IA como ferramenta capaz de apoiar processos de escrita, revisão e análise. Essa terceira via, ainda minoritária, sinaliza uma compreensão mais madura da tecnologia, em que o uso é incentivado sob condições de transparência e supervisão.

Quanto às habilidades substituíveis e produtos permitidas, elas variam da revisão e padronização textual à geração de imagens e à aplicação metodológica em pesquisa. A preocupação com a rastreabilidade e a ética atravessa todas as políticas, consolidando a exigência de declaração explícita da ferramenta, sua função e data de uso.

No campo das interdições, prevalece o entendimento de que a IA representa risco à integridade autoral e à autenticidade do discurso historiográfico. A proibição do uso de IA na escrita, análise ou formatação dos textos reforça o vínculo entre autoria e responsabilidade, mas também revela o predomínio de uma lógica defensiva.

A tipificação das inteligências artificiais mencionadas nas políticas editoriais – generativas, PLN, de reconhecimento e análise e de recomendação e busca – mostra que a maior parte das revistas ainda se concentra em regular o uso das ferramentas generativas, consideradas as mais suscetíveis a abuso. As demais categorias aparecem associadas a atividades de apoio técnico, metodológico ou bibliográfico. Essa distribuição demonstra um estágio inicial de compreensão conceitual e de maturação normativa, em que prevalece a ênfase na prevenção e na padronização dos procedimentos.

Por fim, a análise da polaridade de sentimentos revela que as políticas editoriais se movem em um gradiente que vai do rechaço à integração. Predomina uma tonalidade negativa ou cautelosa, marcada por expressões de interdição e advertência, mas há indícios crescentes de abertura crítica e experimental. O campo editorial da área de História, portanto, encontra-se em uma fase de regulação defensiva, em que a IA é percebida sobretudo como ameaça, mas apresenta indícios de um caminhar em direção a uma integração construtiva.

Isso significa um cenário aberto e pouco previsível, a respeito do qual abundam os questionamentos:

1. Fortaleceremos a proibição da tecnologia, a criação de identidades “ciborgues” de autores, avaliadores e editores ou empregaremos as IAs na condição de “cointeligência”?
2. Considerando que as políticas editoriais são construções simples, que reúnem poucos atores e possuem baixa colegialidade, as revistas de História sairiam à frente

das instâncias formadoras que oferecem cursos de pós-graduação no sentido de regular o uso das IAs?

3. Vivemos uma rápida generalização de políticas editoriais para a IA nas revistas de História, indicando novas práticas formativas?
4. Por fim, considerando a ausência de referências à IA nas revistas de alto estrato do antigo Qualis Capes, a discussão sobre a presença da IA tenderia a ser capitaneada pelas revistas mais jovens e com menor recurso e prestígio acadêmico?

Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, sd.

CRÍTICA HISTORIOGRÁFICA E PADRÕES EPISTEMOLÓGICOS EM PERIÓDICOS DE HISTÓRIA, Projeto. Lista das Revistas Brasileiras de História (CHPECH/UFS - 12/09/2025): Versão de 12/09/2025. *Crítica Historiográfica*, [S. l.], v. 5, n. 25, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/criticahistoriografica/article/view/23879>. Acesso em: 19 out. 2025.

FREITAS, Itamar. Inteligência Artificial e profissionais de História (2020–2025): uma revisão sistemática. *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*, São Cristóvão, v. 19, n. 36, p. 138–156, 2025. DOI: 10.61895/pl.v19i36.23633. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/pontadelanca/article/view/23633>. Acesso em: 19 out. 2025.

LARSON, Ron; FARBER, Betsy. *Estatística aplicada*. 6ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

LIU, Bing. *Sentiment analysis: mining opinions, sentiments, and emoticons*. New York: Cambridge University Press, 2015.

MELO, Patrícia Maria Alves de (coord.); MAIA, Cláudia de Jesus (coord. adj.); NASCIMENTO, Álvaro Pereira do; COELHO, Mauro César. *Documento de Área – História (Área 40), 2025–2028*. Brasília, DF: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Diretoria de Avaliação, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-humanas/HISTORIA_DOCAREA_2025_2028.pdf

MENESES, Sonia. Apontamentos sobre o uso de AI na produção e na comunicação de pesquisas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.43, n.94, set./dez., 2023.

MENEZES, Sônia et. al. Proposta de diretrizes para uso de IAs em periódicos de história. Belo Horizonte: Fórum de editores de periódicos da área de história da ANPUH-BRASIL, jul., 2025.

MOLLICK, Ethan. *Cointeligência: a via e o trabalho com IA*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2025.

RASHIDI, Sol. *Your AI survival guide: scraped knees, bruised elbows, and lessons learned from real-world AI developments*. Xxx: Wiley & Sons, 2024.

SOBREIRA, Victor. Um panorama da história da inteligência artificial e suas aplicações na pesquisa histórica. *Varia Historia*, v. 41, 2025. Acesso em: 1 jul. 2025.

Autores



Itamar Freitas é doutor em História (UFRGS) e em Educação (PUC-SP), professor do Departamento de Educação e dos mestrados profissional (PROHIS) e acadêmico (ProfHistória) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Publicou, entre outros trabalhos, [Uma introdução ao método histórico \(2021\)](#) e “[Objetividade histórica no Manual de Teoria da História de Roberto Pirgibe da Fonseca](#)” (1903-1986) (2021). ID Currículo LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5606084251637102>. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0605-7214>. e-mail: itamarfreitasufs@gmail.com.



Margarida Maria Dias de Oliveira é doutora em História, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da UFRN. Publicou, entre outros trabalhos, [Dicionário do Ensino de História](#) (2020), em coautoria com Marieta e Morais Ferreira, e [Formação dos professores de História: os desafios de uma profissão em processo de reinvenção](#). ID Currículo LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5565266295414497>; ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8542-4173>; e-mail: margaridahistoria@yahoo.com.br.

Para citar este artigo

FREITAS, Itamar; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. Políticas de Inteligência Artificial (IA) nas revistas brasileiras de História. *Crítica Historiográfica*. Natal, v. 5, n. 26, p. 65-74, nov./dez., 2025.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir de seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhes sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).